

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.234 - SP (2019/0302190-5)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA - SP298740**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : SERGIO PEREIRA BUENO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de SÉRGIO PEREIRA BUENO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o qual negou provimento à Apelação n. 1500066-92.2018.8.26.0027.

Consta dos autos que o paciente foi condenado pela prática do delito de tráfico de drogas (art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06), à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão em regime inicialmente fechado.

O impetrante sustenta, em síntese, que, *considerando a ausência de qualquer situação de mercancia, bem como a pequena quantidade de drogas apreendida* (3,08g de cocaína), a conduta deve ser desclassificada para o art. 28 da Lei n. 11.343/06.

Requer a concessão da ordem nesse sentido, inclusive em liminar.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida. Porém, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Devidamente instruídos os autos, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

